



Direção Regional
das Comunidades

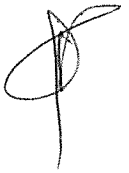
**Relatório de
Gestão**

2018



Índice

1- Introdução	2
2- Breve Caraterização da Atividade	3
2.1 - Missão, Objetivos Estratégicos e Atribuições.....	3
2.2 - Estrutura Organizacional	3
2.3 - Atividades Desenvolvidas	6
3 - Análise Orçamental	7
3.1 - Receita	7
3.2 – Despesa.....	8
3.2.1 – Despesa de Funcionamento	11
3.2.2 – Despesa do Plano.....	13
3.2.3 – Fluxos de Caixa	15
3.2.4 – Variação do Saldo de Gerência	15
4 - Análise Financeira e Económica	16
4.1 - Análise Financeira.....	16
4.2 - Análise Económica.....	18
5 - Conclusão	21



1- Introdução

O presente documento, a integrar nos elementos de prestação de contas relativas ao ano económico de 2018, pretende apresentar, de forma sintética, os dados mais relevantes, em termos económico-financeiros, da atividade desenvolvida pela DRCom. Indicam-se, assim, dados referentes à sua natureza, missão e recursos disponíveis, bem como a principal informação resultante dos mapas e demonstrações.



2- Breve Caraterização da Atividade

A Direção Regional das Comunidades (DRCom) é um serviço operativo de natureza horizontal e intersectorial que funciona na dependência do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas.

A DRCom detém competências nas áreas da emigração, da imigração e das comunidades açorianas no exterior. No âmbito das suas atribuições, promove o diálogo entre as comunidades imigradas e emigradas e os seus representantes, e estimula a participação cívica e política das mesmas nas sociedades onde se inserem. A sua ação assenta na dupla vertente da preservação da identidade cultural e da integração das comunidades imigradas, emigradas e regressadas.

Esta direção regional é um serviço dotado de autonomia administrativa, cuja natureza e competências se encontram definidas no anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2015/A, de 30 de setembro.

2.1 - Missão, Objetivos Estratégicos e Atribuições

Em 2018, mantiveram-se inalterados os grandes domínios de intervenção da DRCom, a promoção, o apoio, a coordenação e a execução de políticas públicas regionais relevantes no âmbito da emigração e imigração, nas áreas da integração e preservação da identidade cultural.



Nesta medida, os objetivos desta direção regional continuam a estar centradas em duas grandes áreas:

Identidade Cultural

- ✓ Emigrante
- ✓ Imigrante

Integração

- ✓ Emigrante
- ✓ Regressado
- ✓ Regressado Compulsivo
- ✓ Imigrante

Tendo sido definido como prioridade de atuação:

- ✓ Despertar nos jovens o interesse pelas suas raízes;
- ✓ Divulgar os Açores de hoje, nas diversas dimensões;
- ✓ Estimular a preservação da cultura de origem;
- ✓ Incentivar a integração plena dos cidadãos;
- ✓ Dinamizar as Associações e Agentes Comunitários.

As atribuições da direção regional são, entre outras:

- Estudar e contribuir para a definição das medidas da política para o sector, propondo os planos, programas e projetos de acordo com os objetivos e prioridades de ação;
- Executar a política definida para o sector;
- Promover, dirigir e acompanhar as atividades necessárias ao desenvolvimento dessa política;
- Informar, assistir e organizar os processos dos candidatos à emigração, dos emigrados regressados e dos imigrantes;
- Garantir informação sobre a Região às comunidades de emigrados, emigrados regressados e imigrantes;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas
Direção Regional das Comunidades



- Promover, coordenar e desenvolver estudos de emigração, de regresso de emigrados e de imigração e proceder à sua atualização periódica;
- Analisar e acompanhar projetos de estudos nas áreas da emigração e da imigração;
- Avaliar e divulgar estudos nas áreas da emigração e da imigração;
- Conceder incentivos, designadamente financeiros, que estimulem projetos de estudos e ou eventos nas áreas da preservação da identidade cultural e da integração social das comunidades emigrantes/imigrantes;
- Apoiar ações tendentes à integração dos emigrados, emigrados regressados e imigrantes;
- Desenvolver esforços para garantir o regresso dos deportados aos países de acolhimento;
- Estabelecer a ligação entre o emigrado e a sua terra natal;
- O fortalecimento dos laços linguísticos e culturais que unem os emigrados às suas origens;
- A participação dos açorianos radicados no estrangeiro e seus descendentes nas ações que visem os objetivos da DRCom e o seu próprio interesse;
- A promoção de formas de cooperação, de assistência e de coordenação com outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, ligadas à emigração e ou imigração;
- A colaboração e participação em ações junto das escolas de ensino de língua portuguesa, nas comunidades de origem açoriana, de forma a preservar a língua e a cultura açoriana na diáspora;
- A promoção de ações na Região e nas comunidades açorianas no âmbito da preservação da identidade cultural; e
- A participação da Região nas diferentes organizações, conferências ou reuniões onde, direta ou indiretamente, sejam tratadas questões de emigração e ou imigração.



2.2 - Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional é a mesma desde 2015 e decorre do Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2015/A, de 30 de setembro.

A sua sede é na cidade da Horta (Faial), no entanto tem serviços em Ponta Delgada (São Miguel) e Angra do Heroísmo (Terceira), a saber:

Horta

- Gabinete de Apoio às Migrações (GAM);
- Secção de Pessoal, Expediente, Arquivo e Documentação (SPEAD);
- Secção de Contabilidade e Património (SCP);

Ponta Delgada

- Direção de Serviços de Emigração, Imigração e Regressos (DSEIR);

Angra do Heroísmo

- Gabinete de Informação, Intercâmbio e Apoio Cultural (GIIAC).

2.3 - Atividades Desenvolvidas

A Direção Regional das Comunidades tem procurado desenvolver a sua ação promovendo diversas ações:

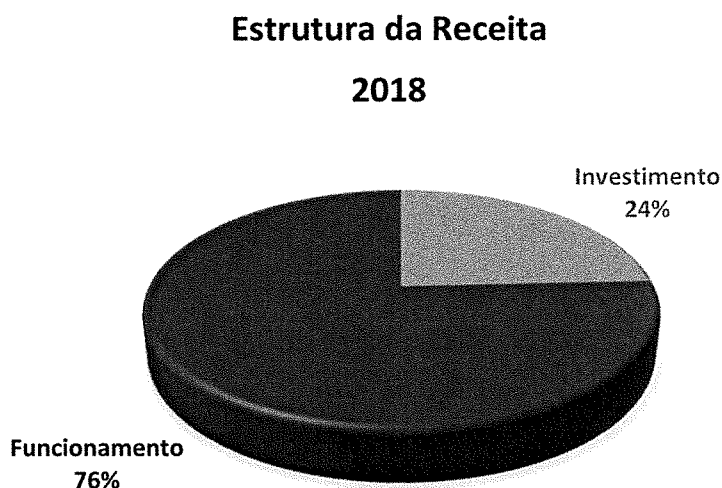
- ✓ Atendimento Público;
- ✓ Protocolos de Cooperação (33 anualmente);
- ✓ Apoios financeiros (Candidaturas);
- ✓ Seminários e ações de sensibilização;
- ✓ Encontros temáticos;
- ✓ Colaboração Institucional;
- ✓ Rede Internacional de Organizações de Serviço Social.



3 - Análise Orçamental

3.1 - Receita

A DRCom, durante o ano de 2018, contou com um total de recebimentos líquidos no valor de 1.453.303,34€, encontrando-se percentualmente distribuídas, conforme se apresenta no seguinte gráfico:



Esta Direção Regional não possui receitas próprias, pelo que as receitas arrecadadas durante o ano económico de 2018 resultaram exclusivamente das transferências do Orçamento da Região (ORAA).



3.2 - Despesa

Situação Orçamental

	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Corrigido (2)	Cativos (3)	Despesa (4)	Grau Execução Orç. das despesas (5)= (4)/(2-3)	Compromissos por pagar (6)	% da Despesa Total (7)
Funcionamento							
2017	1 059 500,00	1 092 074,00	6 827,00	1 080 514,42	99,56	0,00	78,42%
2018	1 101 887,00	1 166 887,00	0,00	1 100 729,95	94,33	12 668,61	75,74%
Plano							
2017	416 000,00	416 000,00	0,00	297 405,54	71,49	0,00	21,58%
2018	353 000,00	353 000,00	0,00	352 573,39	99,88	49,60	24,26%
Total							
2017	1 475 500,00	1 508 074,00	6 827,00	1 377 919,96	91,79	0,00	100,00
2018	1 454 887,00	1 519 887,00	0,00	1 453 303,34	95,62	12 718,21	100,00

Unidade: Euros

A DRCom, em 2018, dispôs de um orçamento aprovado de 1.454.887,00 €, no entanto houve um reforço orçamental de 65.000,00€ para despesas com pessoal, uma vez que durante o ano entraram três colaboradores e saiu apenas um para os serviços da administração central pelo mecanismo da mobilidade.

Em outubro de 2018, foi solicitado ao Vice-Presidente do Governo Regional, nos termos do nº 2 do artigo 3º do Decreto Legislativo Regional nº 1/2018/A, de 3 de janeiro, o descativo dos 6% realizados no total das verbas orçamentadas em aquisição de bens e serviços no orçamento de funcionamento desta direção regional, por força do nº 1 do citado artigo, o qual foi autorizado a 29 de outubro. Este pedido prendeu-se com a necessidade de deslocações ao estrangeiro não previstas, no âmbito das atividades da direção regional e de entidades parceiras do Governo dos Açores, bem como a necessidade de fazer face a despesas não previstas no que concerne ao normal funcionamento do serviço – avaria de equipamento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas
Direção Regional das Comunidades

No quadro acima, podemos observar que no final do exercício em causa, ficaram por pagar 12.718,21€, referentes aos encargos da entidade com os funcionários referentes à Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações e com a Segurança Social referente ao Programa Ocupacional Berço de Emprego, de dezembro de 2018.

O orçamento de funcionamento em 2018 apresenta uma execução de 94,33% e um peso de 75,74% na despesa total efetuada, que corresponde a uma despesa de 1.100.729,95€, enquanto as despesas do plano ascenderam a 352.573,39€, que representa uma execução de 99,88 % e um peso de 24,26% na despesa total efetuada. A execução total neste ano ascendeu a 1.453.303,34 €, o que corresponde a uma taxa de execução de 95,62%.

2017

Unidade: Euros

	Natureza das Despesas	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Corrigido (2)	Cativos (3)	Pagamentos Líquidos (4)	Compromissos por pagar (5)	Grau de Execução (6)=(4)/(2-3)
Despesas de Funcionamento	Despesas Correntes	1 054 500,00	1 080 850,00	6 827,00	1 069 291,28	0,00	99,56%
	Despesas com o Pessoal	932 000,00	964 574,00	0,00	964 564,95	0,00	100,00%
	Aquisição de bens e Serviços	120 000,00	113 776,00	6 827,00	104 726,33	0,00	97,92%
	Outras Despesas Correntes	2 500,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Despesas de Capital	5 000,00	11 224,00	0,00	11 223,14	0,00	99,99%
	Aquisição de Bens de Capital	5 000,00	11 224,00	0,00	11 223,14	0,00	99,99%
	Sub-Total	1 059 500,00	1 092 074,00	6 827,00	1 080 514,42	0,00	93,11%
Despesas do Plano	Despesas Correntes						
	Aquisição de bens e Serviços	108 293,00	88 451,00	0,00	75 382,77	0,00	85,23%
	Transferências Correntes	307 707,00	327 549,00	0,00	222 022,77	0,00	67,78%
	Sub-Total	416 000,00	416 000,00	0,00	297 405,54	0,00	71,49%
	Total	1 475 500,00	1 508 074,00	6 827,00	1 377 919,96	0,00	91,79%

2018

Unidade: Euros

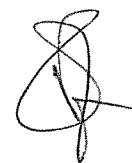
	Natureza das Despesas	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Corrigido (2)	Cativos (3)	Pagamentos Líquidos (4)	Compromissos por pagar (5)	Grau de Execução (6)=(4)/(2-3)
--	-----------------------	-----------------------	-------------------------	-------------	-------------------------	----------------------------	--------------------------------



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas
Direção Regional das Comunidades

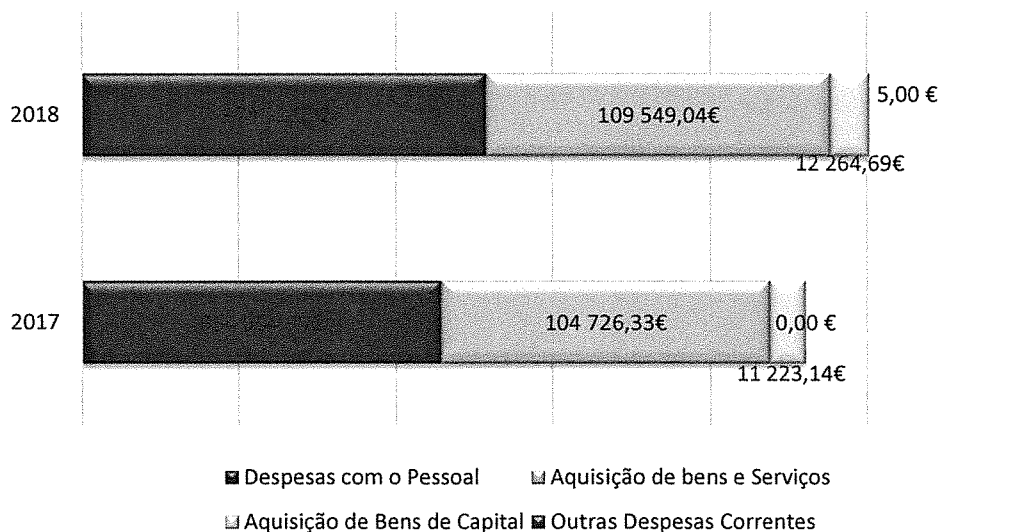
Despesas de Funcionamento	Despesas Correntes	1 090 887,00	1 154 621,00	0,00	1 088 465,26	12 668,61	94,27%
	Despesas com o Pessoal	976 387,00	1 041 387,00	0,00	978 911,22	12 668,61	94,00%
	Aquisição de bens e Serviços	112 000,00	111 729,00	0,00	109 549,04	0,00	98,05%
	Outras Despesas Correntes	2 500,00	1 505,00	0,00	5,00	0,00	0,33%
	Despesas de Capital	11 000,00	12 266,00	0,00	12 264,69	0,00	99,99%
	Aquisição de Bens de Capital	11 000,00	12 266,00	0,00	12 264,69	0,00	99,99%
	Sub-Total	1 101 887,00	1 166 887,00	0,00	1 100 729,95	12 668,61	94,33%
Despesas do Plano	Despesas Correntes						
	Aquisição de bens e Serviços	78 950,00	55 233,00	0,00	54 871,00	0,00	99,34%
	Transferências Correntes	274 050,00	297 767,00	0,00	297 702,39	49,60	99,98%
Sub-Total	353 000,00	353 000,00	0,00	352 573,39	49,60	99,88%	
Total	1 454 887,00	1 519 887,00	0,00	1 453 303,34	12 718,21	95,62%	

Ao compararmos os orçamentos corrigidos dos dois anos verificamos que de 2017 para 2018 houve um aumento de 11.813,00€, ou seja de 0,78%, no entanto houve um aumento maior dos pagamentos líquidos de 75.383,38€, ou seja de cerca de mais 5,47%, sendo que a taxa de execução relativamente à dotação corrigida, passou de 91,79% para 95,62%. Este aumento deveu-se a um aumento da execução das despesas do plano, em cerca de 18,55%, que passou de 297.405,54€ em 2017 para 352.573,39€ em 2018, enquanto as despesas de funcionamento aumentaram, neste período, de 1.080.514,42,26€ para 1.100.729,95€, ou seja, cerca de 1,87%. Assim, o peso das despesas do plano em relação às de funcionamento passaram de 21,58% para 24,26% no total das despesas efetuadas.



3.2.1 – Despesa de Funcionamento

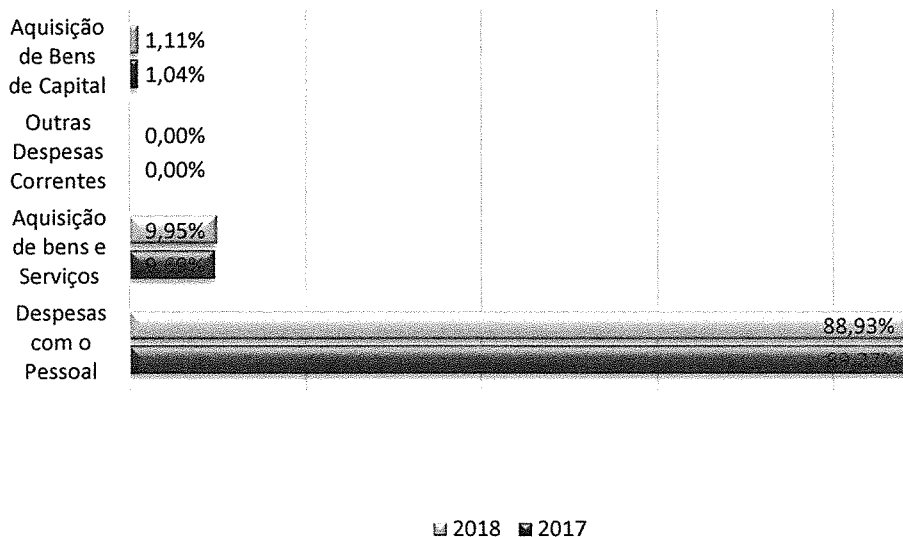
Despesas de Funcionamento



Se compararmos a estrutura da despesa de funcionamento verificamos que esta aumentou, resultado do aumento de todas as despesas, nomeadamente das despesas com o pessoal resultantes das valorizações remuneratórias previstas no artigo 18º da Lei do Orçamento de Estado de 2018, aprovado pela Lei n. 9114/2017, de 29 de dezembro.



Despesas de Funcionamento



O peso das despesas pouco se alterou de 2017 para 2018, sendo que as “Despesas com Pessoal” e as “Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços” continuam a representar quase a totalidade da despesa efetuada.

Importa referir ainda, que devido às condições meteorológicas adversas, que ocorreram no mês de dezembro na Região foram canceladas as conferências previstas para as ilhas de S. Jorge e Pico no âmbito dos 270 Anos da Presença Açoriana em Santa Catarina, as quais seriam acompanhadas colaboradores da DRCom, concorreu para que o valor das aquisições de serviços fosse menor do que o previsto aquando do pedido do descativo de 6% realizados no total das verbas orçamentadas em aquisição de bens e serviços no orçamento de funcionamento desta direção regional, solicitado ao Vice-Presidente do Governo Regional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas
Direção Regional das Comunidades



	2017	2018
Despesas com Pessoal	964 564,95	978 911,22
Remunerações Certas e Permanentes	761 840,61	785 583,51
Abonos Variáveis ou eventuais	25 802,15	25 492,43
Segurança Social	176 922,19	167 835,28
Aquisições de Bens e Serviços	104 726,33	109 549,04
Aquisição de bens	14 639,54	12 856,46
Aquisição de Serviços	90 086,79	96 692,58
Outras Despesas Correntes	0,00	5,00
Aquisição de Bens de Capital	11 223,14	12 264,69
TOTAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	1 080 514,42	1 100 729,95

Unidade: Euros

Em 2018, as “Despesas com o pessoal” representam 88,93% do total da despesa de funcionamento, com destaque para as “Remunerações Certas e Permanentes”, enquanto as “Aquisições de Bens e Serviços”, absorveram cerca de 109.549,04€.

Como se observará nos mapas de prestação de contas, as “Aquisições de Bens” assumem significado particular as rubricas “Material de Escritório”, “Vestuário e artigos”, “Outro material – peças”, “Prémios, Condecorações e Ofertas”, e “Outros Bens”, enquanto que no tocante ao agrupamento “Aquisições de Serviços”, as rubricas com maior peso são “Encargos das Instalações”, “Limpeza e Higiene”, “Comunicações” e “Deslocações e Estadas”.

Sobre as despesas de Capital a maior parcela foi canalizada para “Equipamento Informático”, sendo que a grande parte das aquisições efetuadas tiveram como objetivo a substituição de equipamentos obsoletos ou avariados, de modo a garantir boas condições para o exercício das funções cometidas aos diferentes serviços.

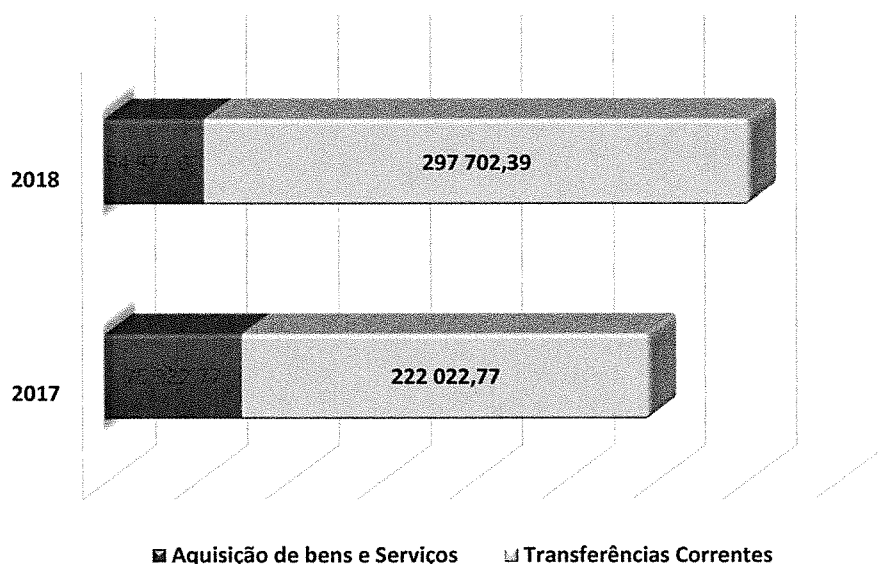
3.2.2 – Despesa do Plano

Quanto à execução do plano, verificou-se uma diminuição da taxa de execução passando de 71,49% para 99,88 %, sendo que o valor executado que passou de 297.405,44€ para



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas
Direção Regional das Comunidades

352.573,39€, de 2017 para 2018. Ou seja, houve um acréscimo de 55.167,85€, que corresponde a um aumento de 15,65%. Em relação à sua estrutura a aquisição de bens e serviços passou de 23,35 % para 15,56%, enquanto as transferências correntes passaram de 74,65 % para 84,44%, de 2017 para 2018.



Durante o ano de 2018, a DRCom continuou a ter a responsabilidade de executar três Projetos do Programa 16- Relações Externas e Comunidades, inscritos no Plano Regional Anual, designadamente:

- Projeto 16.3- Emigrado e Regressado;
- Projeto 16.4 – Identidade Cultural e Açorianidade;
- Projeto 16.5 – Imigrado e Interculturalidade.

No quadro seguinte está espelhado o orçamento afeto à realização e execução dos projetos acima mencionados:

Programa 16 - Relações Externas e Comunidades	Orçamento Inicial (1)	Orçamento Corrigido (2)	Despesa (3)	Grau Execução (4)= (3)/(2)	% da Despesa Total (5)
Projeto 16.3- Emigrado e Regressado	71 000,00	70 858,00	70 857,98	100,00%	20,10%
Projeto 16.4- Identidade Cultural e Açorianidade	240 000,00	242 254,00	241 828,69	99,82%	68,59%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas
Direção Regional das Comunidades

Projeto 16.5-Imigrado e Interculturalidade	42 000,00	39 888,00	39 886,72	100,00%	11,31%
Total do Plano	353 000,00	353 000,00	352 573,39	99,88%	99,88%

Unidade: Euros

A execução global situou-se nos 99,98% das verbas previstas para a execução de projetos, sendo que a execução do projeto 16.4 representa mais de 60% da execução do Plano.

Acresce referir que para dar resposta adequada às necessidades desta direção regional para a realização das atividades programadas, foi solicitado e autorizado pela DROT a transferência de 142,00€ do Projeto 16.3- Emigrado e Regressado e 2.112,00€ do Projeto 16.5 – Imigrado e Interculturalidade, para o Projeto 16.4 – Identidade Cultural e Açorianidade.

3.2.3 – Fluxos de Caixa

Os fundos alheios das importâncias retidas para entrega ao estado ascenderam a 169.069,88€, enquanto as para entregar a outras entidades totalizam 24.696,29€. Este valor de 193.766,17€, que está espelhado no mapa de fluxos de caixa, acrescido ao total de despesas pagas e que ascende a 1.453.303,34€, coincidem com o total de valores transitados, recebimentos e importâncias retidas, pelo que o valor na posse do serviço em 31 de dezembro de 2018 é zero.

3.2.4 – Variação do Saldo de Gerência

O saldo de gerência de 2018 é nulo, não transitando quaisquer valores líquidos para o ano de 2019.



4 - Análise Financeira e Económica

Tendo em consideração os mapas resumo do balanço e demonstração de resultados, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, procedeu-se a uma análise da situação económico-financeira da DRCom.

4.1 - Análise Financeira

O Balanço de uma entidade reflete a sua posição financeira, a composição e valor do seu património.

O ativo líquido da DRCom em 2018 é de 31.940,97€, sendo que em 2017 este valor ascendia aos 31.223,11€.

No quadro abaixo, podemos verificar que as imobilizações corpóreas representam a totalidade da estrutura patrimonial da entidade. Assim, a variação do imobilizado, de 2017 para 2018, resulta unicamente da incorporação de imobilizações corpóreas, deduzidas das devidas amortizações do exercício, como se pode observar no quadro seguinte.

Unidade: Euros

Ativo	2017	%	2018	%
Imobilizado				
Imobilizado Corpóreo	310 526,28	100,00%	310 526,28	100,00%
Equipamento Básico	141 575,94	46,91%	130 080,01	47,27%
Ferramentas e Utensílios	48,38	0,00%	0,00	0,00%
Equipamento de Transporte	22 163,93	7,43%	0,00	0,00%
Equipamento Administrativo	146 738,03	45,66%	145 080,43	52,73%
Total do Ativo Bruto	310 526,28	100,00%	275 160,44	100,00%
Total das Amortizações	279 303,17		243 219,47	
Total do Ativo Líquido	31 223,11		31 940,97	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas
Direção Regional das Comunidades

Para além do abate de bens informáticos e administrativos cujo valor a 1 de janeiro de 2018 era de 415,27€, a Direção Regional cedeu um conjunto de equipamento ao Gabinete da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial, situado em Angra e incorporou um conjunto de bens cedidos pelos serviços Secretaria Geral da Presidência do Governo Regional. Do conjunto dos bens cedidos e incorporados fez parte o único veículo ligeiro que a DRCom detinha, sendo que os restantes bens foram equipamentos de ar condicionado e mobiliário diverso.

Por outro lado, e apesar do decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, referir que durante o ano de 2016, todas as entidades públicas deveriam assegurar as condições e, tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, foi o mesmo alterado pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, que alterou a produção de efeitos para 1 de janeiro de 2018. Assim, e na sequência das orientações da Direção Regional do Orçamento e Tesouro (DROT) procedemos em 2018 a um conjunto de trabalhos de ajustamento para o SNC-AP, para preparar o balanço de abertura de 2018, os quais incluíram no caso desta direção regional:

- O desreconhecimento de ativos fixos tangíveis com valor inferior a 100€ e contabilizados em SNC-AP na conta 437 – Outros ativos fixos tangíveis;
- O desreconhecimento de ativos fixos tangíveis com valor inferior a 100€ e contabilizados em SNC-AP noutras contas.

Ao mesmo tempo que, em 2018, a aquisição de bens fixos tangíveis de valor inferior a 100,00€ passaram a não ser registados como imobilizado, salvo os considerados de interesse histórico, artístico cultural ou ambiental.

Apesar do processo de transição acima referido, o valor do ativo líquido aumentou de 31.223,11 para 31.940,97€, resultado das aquisições efetuadas de equipamento, já que o valor dos bens desreconhecidos, cedidos e incorporados encontrarem-se quase amortizados.



As amortizações efetuadas respeitam ao imobilizado corpóreo, tendo registado um valor acumulado de 243.219,47€.

Unidade: Euros

Fundos Próprios e Passivo	2017	2018
Total Fundos Próprios	-33 254,08	-46 387,24
Património	607 682,00	607 682,00
Reservas	1 141,10	4 422,09
Resultados Transitados	-653 044,30	-643 235,32
Resultados Líquidos	10 967,12	-15 256,01
Total do Passivo	64 477,19	78 328,21
Estado e Outros Entes Públicos	0,00	12 668,61
Outros Credores	0,00	49,60
Acréscimos e Deferimentos	0,00	0,00
Acréscimo de Custos	64 477,19	65 610,00
Total Fundos Próprios e Passivo	31 223,11	31 940,97

O valor do passivo aumentou de 64.477,19€ em 2017 para 78.328,21€ em 2018€, que corresponde maioritariamente aos acréscimos de custos referentes aos subsídios de férias e a outras situações suscetíveis de especialização que, sendo custos de 2018, vão ser liquidados em 2019.

Os fundos próprios em 31 de dezembro de 2018 continuaram a ser negativos, consequência dos resultados acumulados de anos anteriores e do facto dos próprios resultados líquidos do exercício ser negativo.

4.2 - Análise Económica

O resultado líquido da DRCom, resultante da diferença entre o total dos proveitos e o total dos custos, ascendeu a um montante negativo de 15.256,01€. Este valor



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas
Direção Regional das Comunidades

representa a variação entre o património produtivo em função da atividade do exercício e o resultado económico e patrimonial.

As transferências do orçamento regional, por conta das dotações orçamentais atribuídas, continuam a representar 100% dos proveitos operacionais e quase a totalidade dos proveitos da DRCom (99,02%).

Unidade: Euros

CUSTOS E PERDAS	2017	%	2018	%
Fornecimentos e Serviços Externos	203 185,15	14,86%	181 136,21	12,39%
Custos com o Pessoal	961 232,95	70,32%	993 927,83	67,97%
Transf. Corr. Cont. Prestações Sociais	196 578,30	14,38%	280 254,17	19,16%
Amortizações	5 956,44	0,44%	7 001,40	0,48%
Outros Custos Operacionais	0,00	0,00%	5,00	0,00%
CUSTOS OPERACIONAIS	1 366 952,84	99,72%	1 462 324,61	99,44%
Custos e Perdas Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Custos e Perdas Extraordinárias	3 852,64	0,28%	8 200,66	0,56%
TOTAL DOS CUSTOS	1 370 805,48	100,00%	1 470 525,27	100,00%

PROVEITOS E GANHOS	2017	%	2018	%
Transferências Orçamento Regional	1 366 696,82	100,00%	1 441 038,65	100,00%
PROVEITOS OPERACIONAIS	1 366 696,82	98,91%	1 441 038,65	99,02%
Proveitos e Ganhos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	15 075,78	1,09%	14 230,61	0,98%
TOTAL DOS PROVEITOS	1 381 772,60	100,00%	1 455 269,26	100,00%

Resumo		
Resultados Operacionais	-256,02	-21 285,96
Resultados Financeiros	0,00	0,00
Resultados Extraordinários	11 223,14	6 029,95
Resultado Líquido do Exercício	10 967,12	-15 256,01

Em termos estruturais, os custos desembolsáveis - por oposição aos custos que não implicam o desembolso de meios monetários e seus equivalentes (como é o caso das amortizações) - representam 99,52% do total dos custos operacionais em 2018, com destaque para os custos com pessoal (67,97%), para os fornecimentos e serviços



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas
Direção Regional das Comunidades

externos (12,39 %) e para as transferências correntes concedidas e prestações sociais (19,16%).

Se fizermos uma análise comparativa à evolução dos custos concluímos que em termos absolutos houve uma forte diminuição dos fornecimentos e serviços externos, cujo peso na estrutura dos custos operacionais diminuiu 2,48%, enquanto que as restantes componentes registaram aumentos, contribuindo para um aumento de 6,98% dos custos operacionais.

Os custos e resultados extraordinários, resultaram essencialmente do facto da integração por cedência de equipamento, ter sido superior ao montante das amortizações resultantes do processo de transição para o SNC-AP, bem como do abate de imobilizado corpóreo efetuado no exercício. De referir que o as correções relativas a exercícios anteriores resultaram da devolução de apoios financeiros concedidos a entidades que não realizaram os projetos a que se tinham proposto, bem como à contabilização de um subsídio de mobilidade.

Assim, de 2017 para 2018, os resultados operacionais passaram de -256,02€ para -21.285,96€. Os resultados extraordinários apesar de positivos, diminuíram em 5.193,19€ e a estimativa de custos deste exercício de despesas a processar no ano aumentou, de 64.477,19€ para 65.610,00€ fruto do aumento dos custos com o pessoal. A conjugação da depreciação destas componentes resultou num resultado líquido negativo de 15.256,01€.



5 - Conclusão

O resultado líquido negativo de -15.256,01€, resultou essencialmente do aumento dos custos com pessoal e das transferências correntes concedidas pela DRCom, conjugado com uma diminuição dos resultados extraordinários, sendo que a especialização do exercício continua a originar uma assunção de uma estimativa de custos deste exercício de despesas a processar no ano seguinte – de acordo com saldo da conta 273 - acréscimos de custos maior do que a do ano anterior, apesar do esforço de diminuição dos custos na rubrica fornecimentos e serviços externos.

No entanto, se considerarmos que a DRCom é uma entidade que apenas dispõe de autonomia administrativa, concluímos que todos os custos com contrapartida financeira são exatamente iguais aos seus proveitos, provenientes das transferências do ORAA.

Horta, 20 de abril de 2018.

O DIRETOR REGIONAL

Paulo César Câmara Teves